

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL 2017

Senhores Acionistas,

A Administração da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("IAE"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital") com 0,1%. Em 02 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu Capital Social integralizado para R\$695.700 milhões, sendo R\$695,7 milhões pertencente à acionista ISA e R\$700 mil pertencente à ISA Capital. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), alienadas

pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 09 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela aquisição das ações a ISA Investimento pagou à vista a importância de R\$1.019 milhões, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda, em 13 de junho de 2017, a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

2. COMPROMISSOS FINANCEIROS E OUTROS

Visando obter financiamento de parte dos recursos necessários para a aquisição da TAESA, em 16 de maio de 2017, por meio da Assembleia Geral dos acionistas da Companhia, foi aprovado o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no montante de R\$350 milhões, firmado com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários na condição de Agente Fiduciário. O Banco Bradesco BBI atuou como o coordenador líder da operação. As debêntures que foram depositadas para distribuição pública por meio do MDA - Módulo de Distribuição de

Títulos - administrado e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, sob o regime de garantia firme de subscrição, em 09 de junho de 2017 foram totalmente adquiridas pelo Banco Bradesco BBI S.A. Em 14 de dezembro de 2017 a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a antecipação extraordinária de amortização de parte da primeira parcela no montante de R\$17.500 mil cujo evento de pagamento ocorreu no dia 19 de dezembro de 2017.

3. RECEBIMENTO DE PROVENTOS DA INVESTIDA

A ISA Investimentos, durante o exercício de 2017, reconheceu a título de resultado de equivalência patrimonial a importância de R\$56.616 mil e recebeu proventos, a título de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio, que somam a importância de R\$38.007 mil.

4. AUDITORES INDEPENDENTES

Com respeito à prestação de serviços relacionados à auditoria externa, a ISA Investimentos e Participações S.A. informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. prestou apenas serviços relacionados à Auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2017.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2017
Reculta operacional líquida		
Lucro bruto		
(Despesas) receitas operacionais		
Gerais e administrativas	11	(4.473)
Outras despesas	12	(16.770)
Resultado de equivalência patrimonial	7	56.616
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro		35.374
Despesas financeiras	13	(25.465)
Receitas financeiras	13	1.803
Resultado financeiro		(23.662)
Lucro operacional		11.712
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		11.712
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	14	(1.130)
		(1.130)
Lucro líquido do exercício		10.582
Lucro básico e diluído por ação		0,01521
Quantidade média de ações no exercício	10 (a)	695.700.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	10.582
Outros resultados abrangentes	
Total do resultado abrangente do exercício	10.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido do exercício	10.582
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado (utilizado) nas atividades operacionais	
Amortização do ágio (nota 7)	16.770
Resultado de equivalência patrimonial (nota 7)	(56.616)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos (nota 8)	19.490
	(9.774)
(Aumento) diminuição em ativos	
Tributos e encargos sociais a compensar	(5.106)
	(5.106)
Aumento (diminuição) em passivos	
Fornecedores	548
Tributos e encargos sociais a recolher	2.419
	2.967
	(11.913)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Investimentos (nota 7)	(628.272)
Ágio na aquisição da controlada (nota 7)	(390.492)
Dividendos recebidos (nota 7)	6.716
JSCP recebidos (nota 7)	31.292
	(980.756)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Adições de debêntures (nota 8)	350.000
Pagamentos de debêntures (principal) (nota 8)	(17.500)
Pagamentos de debêntures (juros) (nota 8)	(18.720)
Pagamentos com custos da transação	(3.545)
Integralização de capital (nota 10 (a))	695.700
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	1.005.935
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	13.266
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	13.266
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	
Variação em caixa e equivalentes de caixa	13.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

8. DEBÊNTURES

	Vencimento	Quantidade	Encargos	Spread a.a.	31/12/2017
1ª Emissão - Série única (i)	02/06/2022	350.000.000	100% CDI a.a.	1,68%	329.725
Circulante					41.725
Não circulante					280.000
(i) Em 02 de junho de 2017 a Companhia emitiu 350.000 mil debêntures com a finalidade de subsidiar parte do investimento efetuado na aquisição das ações da TAESA. Emitida em série única, no montante total de R\$ 350.000 mil para serem liquidados em 5 parcelas anuais de R\$ 70.000 mil. Em razão da previsão na escritura da modalidade do <i>cash sweep</i> , onde a Companhia poderá efetuar amortizações antecipadas e resgates das remunerações, sempre que receber recursos da investida, em 19 de dezembro de 2017 a ISA Investimentos realizou amortização antecipada de parte da parcela a vencer em 02 de junho de 2018, conforme aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD, no valor de R\$ 17.500 mil. O vencimento da última parcela ocorrerá em 02 de junho de 2022. Todas as exigências e cláusulas restritivas ("covenants") estabelecidas no contrato estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia até a presente data. Os custos de emissão inicial estão sendo apropriados ao resultado, mensalmente, até o vencimento da última parcela. O montante dos custos apropriados nas operações financeiras até 31 de dezembro de 2017, incluindo os custos mensal de manutenção das debêntures totalizam R\$ 509. O saldo de custos remanescentes a serem apropriados, a partir de 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.545. Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:					
					31/12/2017
2019					70.000
2020					70.000
2021					70.000
2022					70.000
					280.000

A movimentação no exercício é como segue:

	31/12/2017
Adições	
Juros, variações monetárias	19.490
Custos da transação	(3.982)
Pagamento de juros	(18.720)
Amortizações do principal	(17.500)
Amortizações do custo	437
Saldo em 31/12/2017	329.725

9. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2017
Imposto de renda	630
Contribuição social	303
COFINS	1.057
PIS	229
	2.419

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) **Capital social:** A Companhia foi constituída em 10 de janeiro de 2017 e transformada em Sociedade Anônima em 27 de abril de 2017 com o capital social de R\$ 1.000 (mil reais). Em 25 de maio foi aprovado o aumento de capital social por meio de Assembleia Geral Extraordinária cuja integralização ocorreu no dia 02 de junho no montante de R\$ 695.700 representado por 695.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo R\$ 695.000 da acionista ISA e R\$ 700 da ISA Capital. O quadro de acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

Acionista	Quantidade de ações ordinárias	%
Interconexão Elétrica S.A. E.S.P.	695.000.000	99,99938%
ISA Capital do Brasil S.A.	700.000	0,10062%
Total	695.700.000	100,00%

(b) **Destinação dos lucros:** Conforme previsto no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício calculado nos termos do artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustados para fins de dividendos nos termos do artigo 202 da mesma lei, observando-se as seguintes critérios: (i) 5% deverá ser destinado para a constituição da reserva legal, não devendo exceder a 20% do capital social; (ii) Uma parcela poderá ser deduzida para a formação de reserva de contingências nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) No mínimo 1% do lucro líquido anual ajustado destinado ao pagamento de dividendo obrigatório nos termos do artigo 202 da mesma Lei; (iv) Caso o dividendo obrigatório ultrapasse a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da mesma Lei; (v) O saldo remanescente terá destinação conforme o Conselho de Administração lhe atribuiu após aprovação em Assembleia Geral. Dessa forma, a Administração da Companhia propõe que o lucro líquido no exercício tenha a seguinte destinação:

	2017
Lucro líquido do exercício	10.582
Constituição da reserva legal	(529)
Reserva de contingências	—
Base de cálculo de dividendos	10.053
Dividendos obrigatórios propostos	(101)
Total de dividendos, com base no exercício	(101)
Constituição da reserva de retenção de lucros remanescente *	9.952
* decorre de previsão existente na escritura das Debêntures.	

(c) Reservas de lucro:

	2017
Reserva legal (i)	529
Reserva de retenção de lucros (ii)	9.952
	10.481

(i) Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social. (ii) Nessa conta foi alocada a parcela do lucro líquido do exercício que remanesce após a destinação dos dividendos obrigatórios, observando os limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável. (d) **Lucro por ação:** O lucro básico e diluído por ação é calculado por meio do lucro líquido do exercício da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias existentes até o final do exercício. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico e diluído:

	31/12/2017
Lucro básico	
Lucro líquido - R\$ mil	10.582
Quantidade média ponderada de ações	
Equivalência patrimonial	56.616
Ordinárias	(6.716)
Juros sobre capital próprio recebidos da investida	(31.292)
Saldo em 31/12/2017	1.020.602

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Notas	31/12/2017
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.266
Tributos e contribuições a compensar	6	5.106
		18.372
Não circulante		
Investimentos	7	1.020.602
		1.020.602
Total do ativo		1.038.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Notas	31/12/2017
Circulante		
Fornecedores		548
Dividendos obrigatórios a pagar	10 (b)	101
Debêntures	8	49.725
Tributos e encargos sociais a recolher	9	2.419
		52.793
Não circulante		
Debêntures	8	280.000
		280.000
Patrimônio líquido		
Capital social	10 (a)	695.700
Reservas de lucros		10.481
		706.181
Total do passivo e patrimônio líquido		1.038.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016						
Constituição da Companhia	10 (a)	—	—	—	—	—
Integralização de Capital - aportes dos sócios		695.699	—	—	—	695.699
Lucro líquido do exercício		—	—	—	10.582	10.582
Constituição de reserva legal	10 (c)	—	529	—	(529)	—
Dividendos obrigatórios a pagar		—	—	—	(101)	(101)
Constituição da reserva de retenção de lucros remanescente	10 (c)	—	—	9.952	(9.952)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2017		695.700	529	9.952	—	706.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Objeto social: A ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("ISA investimentos" ou "Companhia") é uma companhia *holding* nacional, de direito privado, constituída sob a forma de sociedade limitada em 10 de janeiro de 2017 e transformada em sociedade anônima em 27 de abril de 2017. O objeto social da ISA Investimentos compreende a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza. A Companhia tem como acionistas a Interconexão Elétrica S.A. E.S.P. ("IAE"), com participação de 99,9% do capital social, e a ISA Capital do Brasil S.A. ("ISA Capital") com 0,1%. Em 02 de junho de 2017, a ISA Investimentos recebeu o aporte de capital deliberado por seus acionistas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 e passou o seu Capital Social integralizado para R\$695,7 milhões, sendo R\$695,7 milhões da acionista ISA e R\$700 mil da ISA Capital. A ISA Investimentos foi constituída com o objetivo inicial de adquirir as 153.775.790 ações ordinárias de emissão da empresa Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("TAESA"), alienadas pelos Fundos FIP Coliseu e FIA Taurus, em 27 de dezembro de 2016, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes naquela data. Em 09 de fevereiro de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Contrato de substituição à ISA e assumiu o todos os direitos e obrigações. Em 13 de junho de 2017 ocorreu a liquidação financeira do referido Contrato de Compra e Venda de Ações, ocasião em que a ISA Investimentos passou a ser proprietária das 153.775.790 ações ordinárias de emissão da TAESA que equivale a 26,03% das ações ordinárias e 14,88% do capital social total daquela Sociedade. Pela totalidade das ações a ISA Investimento pagou à vista a importância de R\$1.019 milhões, sendo parte dos recursos proveniente de capital próprio e parte por financiamento (debêntures). Ainda em 13 de junho de 2017 a ISA Investimentos aderiu ao Acordo de Acionistas da TAESA que prevê o controle em conjunto daquela Companhia com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, exceto quanto ao resultado do exercício. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos. Em 19 de março de 2018, as demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração.

2.2 Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras, são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). Dada a constituição da ISA Investimentos ter sido em 2017, as demonstrações financeiras são apresentadas sem a comparação com o exercício anterior, em razão de não ser aplicável.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas, e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revisados no menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

2.3.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorem a base de caixa da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

2.3.2 Valor justo de instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

2.3.3 Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.4 Controle em conjunto: A Companhia não apresenta demonstrações consolidadas, visto que sua participação como acionista na TAESA corresponde à sua participação minoritária, sem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais da entidade para auferir benefícios de suas atividades. O resultado da investida é contabilizado pelo método de equivalência, conforme CPCs 18, 19 (R2) e 36 (R3). Em 31 de dezembro de 2017, a participação na investida TAESA, se apresentava da seguinte forma:

Data-base das informações	Participação %
31/12/2017	14,8792

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias. A Companhia enquadra-se no regime de Lucro Real Anual. O imposto de renda é a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para

→☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2017
Serviços	(4.217)
Outros	(256)
	<u>(4.473)</u>

12. OUTRAS DESPESAS

O saldo em 31 de dezembro de 2017, corresponde às 07 parcelas amortizadas do ágio no valor de R\$ 2.396 cada, totalizando R\$ 16.770 ao final do exercício.

13. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2017
Receitas	
Rendimento de aplicações financeiras	1.947
Pis sobre Receita Financeira	(20)
Cofins sobre Receita Financeira	(124)
	<u>1.803</u>
Despesas	
Encargos sobre debêntures	(19.491)
Juros sobre compra de dólares	(2.641)
Amortização custo de emissão das debêntures	(437)
Pis e Cofins sobre juros sobre capital próprio	(2.895)
Outras	(2)
	<u>(25.465)</u>
Total resultado financeiro líquido	<u>(23.662)</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são provisionados mensalmente, obedecendo ao regime de competência e os resultados são oferecidos à tributação conforme previsto na Lei 12.973/14. **(a) Conciliação da alíquota efetiva:** A despesa ou crédito de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil conforme segue:

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	11.712
Alíquotas nominais vigentes	34%
Imposto de renda e contribuição social esperada	(3.982)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes	
Juros sobre capital próprio recebidos de investida	(10.639)
Amortização do direito de concessão (ágio)	(5.702)
Equivalência patrimonial	19.249
Outros	(56)
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social efetiva	(1.130)
Imposto de renda e contribuição social	(1.130)
Corrente	(1.130)
	<u>(1.130)</u>
	<u>9,65%</u>

Alíquota efetiva

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A única transação com partes relacionadas no exercício refere-se à Prestação de Serviços, onde a ISA Capital mantém contrato de prestação de serviços com a ISA Investimentos abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No exercício findo em 2017, a Companhia não contratou nem negociou instrumentos financeiros, tampouco instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

(a) Identificação dos principais instrumentos financeiros:

	31/12/2017
Ativos financeiros	
Valor justo através do resultado	
Caixa e equivalentes de caixa	13.266
Passivos financeiros	
Custo amortizado	
Debêntures	
Circulante	81.481
Não circulante	248.244
Fornecedores	548

(b) Financiamentos: • Índice de endividamento: O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	31/12/2017
Debêntures	
Circulante	49.725
Não circulante	280.000
Dívida total	329.725
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	13.266
Dívida líquida	316.459
Patrimônio líquido	706.282
Índice de endividamento líquido	45%

A ISA Investimento possui *covenants* em seu contrato de debêntures, atrelados às condições econômico-financeiras de sua controlada, onde verificou-se que a sua controlada TAESA atende aos requisitos relacionados a cláusulas restritivas. O valor contábil das debêntures tem suas taxas atreladas à variação, do CDI e se aproxima do valor de mercado. **(c) Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da ISA Investimentos podem ser assim identificados:

(i) Risco de taxas de juros - A atualização anual da remuneração das debêntures que a Companhia desembolsa corresponde a 100% da taxa CDI over, somando-se 1,68% de spread.

(ii) Risco de liquidez - o fluxo de caixa para o compromisso de pagamento das debêntures é proveniente dos dividendos recebidos conforme o resultado de participação da controlada.

17. EVENTO SUBSEQUENTE

Debêntures: Em 09 de fevereiro de 2018 a companhia, conforme lhe faculta a Escritura das debêntures, efetuou pagamento no montante de R\$ 9.227 (R\$ 5.250 correspondente ao principal e R\$ 3.977 correspondente aos juros), a título de amortização parcial antecipada e juros calculados até a referida data, conforme novo aditamento aprovado em assembleia geral extraordinária realizada pela diretoria em 07 de fevereiro de 2018, que corresponde a 1,5% do valor nominal unitário da debênture que foi deduzida da parcela total a ser amortizada em 02 de junho de 2018.

DIRETORIA

FERNANDO AUGUSTO ROJAS PINTO
Diretor Presidente

ALEX ENRIQUE OLANO NIETO
Diretor

BERNARDO VARGAS GIBSONE
Presidente

CÉSAR AUGUSTO RAMÍREZ ROJAS
Vice-Presidente

CARLOS ALBERTO RODRIGUEZ LÓPEZ
Conselheiro

IZABELLE FELICIO TOMAZ
CRC 1SP292155/Q-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONTADORA

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável

pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com

o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2018.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Marcos Antonio Quintanilha
Sócio Contador CRC-1SP132776/O-3